



Organização
dos Estados
Ibero-americanos
Para a Educação,
a Ciência
e a Cultura

CARTA-CONVITE Nº. 016/2009

A Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação a Ciência e a Cultura - OEI torna público, para o conhecimento dos interessados, que receberá no Setor Hoteleiro Sul – SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco C, Sala 919 até as 15:00 horas, do dia 30/11/2009, Propostas de Preço para a contratação de empresa especializada em levantar e compilar os dados dos beneficiários do Programa Nacional de Subvenção Econômica ao Preço do óleo Diesel, correspondente ao período de 2003 a 2009, bem como construir um banco de dados dentro do ACCESS para inserir os respectivos dados, especificados no item 2 desta Carta-Convite, e o julgamento das propostas acontecerá no mesmo dia e local às 15 horas 30 min.

A presente licitação, de MENOR PREÇO GLOBAL, obedecerá às disposições fixadas nesta Carta-Convite e em seus anexos, disponíveis via internet, no endereço eletrônico: www.oei.org.br, com as seguintes principais características:

1 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada em levantar e compilar os dados dos beneficiários do Programa Nacional de Subvenção Econômica ao Preço do óleo Diesel, correspondente ao período de 2003 a 2009, bem como construir um banco de dados dentro do ACCESS para inserir os respectivos dados, conforme descrito no item 2 do presente Edital.

2 – DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Caberá à Instituição a ser contratada:

Produtos	Período	Indicadores
Planejamento do trabalho	Até 10 dias da assinatura do contrato	Plano de Trabalho
Banco de Dados Relacional com os dados e relatórios de 2009 - 2007	Até 20 dias da assinatura do contrato	Banco de Dados ACCESS, com informações de 2007 - 2009
Banco de Dados Relacional com os dados e relatórios de 2006-2003	Até 90 dias da assinatura do contrato	Banco de Dados ACCESS, com informações de 2006-2003

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação, os fornecedores convidados bem como aqueles que se interessarem e será realizada na modalidade de Convite, sob a forma de Execução direta (contratual), por menor preço global, em conformidade com a legislação vigente e as Normas da OEI.

3.2 – As empresas interessadas, deverão apresentar as suas propostas, em 02 (dois) envelopes, sendo o **Envelope 1 – Habilitação**, contendo os seguintes documentos: CNPJ, Certidões de Débitos, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, junto a Fazenda, INSS, FGTS; Certidão de Falência e Concordata e Atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual demonstre ter a licitante prestado serviços de mesma natureza e compatível(is) em característica(s) com o objeto desta licitação; comprovar possuir no seu quadro funcional, equipe técnica com no mínimo 01 biólogo, 01 especialista em Geotecnologia Aplicada ou Administrador de Banco de Dados, através de cópia da carteira assinada ou contrato de prestação de serviço, e o **Envelope 2 – Proposta Comercial**, em papel timbrado contendo o CNPJ, endereço, cep., telefone e fax, o valor unitário e o valor por item da proposta, contendo ainda o prazo de validade da proposta, devidamente assinada pelo dirigente máximo da empresa ou por alguém a ele delegado, diretamente à OEI no Setor Hoteleiro Sul – SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco C, Sala 919 até as 15:00 horas, do dia 30/11/2009.

4 – DO JULGAMENTO

4.1. No local, hora e data estabelecidos pela Comissão de Licitação será procedida a abertura do Envelope 1 – Habilitação, onde será lavrada a Ata pela Comissão Especial de Licitação e em seguida propiciada a abertura de prazo para a interposição de recurso pelos participante, em não havendo interesse dos participantes em apresentar recurso, a Comissão procederá a abertura do Envelope 2 – Proposta Comercial, onde após análise das propostas apresentadas, será lavrada a Ata e propiciado aos participantes o prazo para recurso contra a decisão da Comissão, não havendo manifestação de interesse em apresentar recurso pelos participantes, a Comissão proporá a adjudicação do resultado para homologação.

4.2. O julgamento e a conseqüente adjudicação do objeto desta licitação levarão em conta o atendimento das especificações técnicas e os valores expressos em moeda corrente brasileira e será processado por PREÇO GLOBAL.

4.3. Serão desclassificadas:

4.3.1. as propostas que não atenderem a quaisquer requisitos estabelecidos neste Edital;

4.3.2. as propostas que contemplarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

4.4. A Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI poderá, a seu critério, valer-se de assessoramento técnico especializado, em qualquer fase do processo licitatório;

4.5. Após a homologação do resultado do julgamento das propostas, o licitante vencedor será convocado a receber e assinar o Contrato constante do Anexo I, no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da convocação, ficando acordado que, para efeitos (vigência) da contratação, considerar-se-á a data estabelecida naquele instrumento, independentemente da sua assinatura;

4.6. Quando o convocado não se apresentar para receber e assinar o Contrato (Anexo I), no prazo e condições estabelecidas, fica facultado à OEI a convocação de licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou a revogação da licitação.

5 – PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA

5.1. A licitante deverá executar os serviços objeto desta licitação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a assinatura do contrato e deverão ser entregues na sede do Ministério da Pesca e Aquicultura – Brasília – DF.

5.2. Os Produtos deverão ser apresentados em conformidade com o estabelecido no objeto e no Termo de Referência - Anexo A do edital e deverão ser realizados no local indicado no item 5.1.

5.3. Os Produtos objeto desta licitação serão de propriedade da OEI.

6 – DAS GARANTIAS

6.1. A empresa contratada deverá assegurar e garantir a qualidade, quantidade e condições necessárias ao cumprimento do objeto em conformidade com a especificação técnica constante do Item 2, responsabilizando-se integralmente pelos mesmos e também a correção de possíveis falhas, imediatamente, durante o cumprimento do objeto, sem qualquer ônus adicional ao contratante, devendo comunicá-lo, também, imediatamente.

7 – DO REAJUSTE

7.1. O valor global do presente Contrato é irrevogável durante a sua vigência.

8 – DAS PENALIDADES

8.1. O atraso injustificado na execução ou o não cumprimento do Contrato/OBJETO, ou sujeitará o licitante a multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da proposta;

8.2. A multa de mora não impede que a Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei nº. 8.666/93;

8.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a defesa prévia ao contratado, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

8.3.1. advertência, por escrito, inclusive registrada no cadastro específico e/ou no diário de obras, quando for o caso;

8.3.2. multa, na forma prevista na Cláusula Sétima, do Anexo I deste Convite.

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A participação do licitante pressupõe o conhecimento e aceitação de todas as condições previstas neste instrumento convocatório, não sendo consideradas quaisquer outras apresentadas em desconformidade com as suas exigências;

9.2. A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada irregularidade no processo e/ou em seu julgamento, ou revogada por conveniência da OEI, sem que caiba aos licitantes qualquer indenização;

9.3. A nulidade do processo licitatório induzirá, automaticamente, à do Contrato;

9.4. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos previstos no orçamento desta Organização;

9.5. As dúvidas e divergências que, eventualmente, possam surgir e que não possam ser dirimidas diretamente entre as partes, ficarão sujeitas ao foro de Brasília – DF, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

11.7. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente, até o quinto dia útil, nas condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo A do Edital, mediante apresentação da com o respectivo atesto do representante da contratante:

11.8. Informações poderão ser obtidas, em dias úteis, das 09:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas, no seguinte endereço Setor Hoteleiro Sul – SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco C, Sala 919, Plano Piloto, Brasília – DF, telefone (61) 33219955, ou através do e-mail: marcio.arruda@oei.org.br.

Brasília, 23 de novembro de 2009

Márcio da Costa Arruda
Presidente da Comissão de Licitação

ANEXO – A TERMO DE REFERÊNCIA

1. Projeto de desenvolvimento da Pesca Sustentável - OEI/BRA-05/004

Unidade: Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA

2. Enquadramento no PRODOC:

Objetivo imediato 6: Avaliação e sistematização das ações do fortalecimento da cadeia produtiva no âmbito do Programa Nacional de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel.

Resultado Esperado 6.1: Programa Nacional de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel avaliado no que se refere ao sistema de gestão eletrônica, à variação do preço internacional do combustível e aos impactos na sustentabilidade da atividade pesqueira.

Atividade 6.1.1: Realizar estudo para avaliação do sistema de gestão eletrônica já implantado.

3. Objetivo da contratação:

Levantar e compilar os dados dos beneficiários do Programa Nacional de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel, correspondente ao período de 2003 a 2009, bem como construir um banco de dados dentro do ACCESS para inserir os respectivos dados.

4. Finalidade da Contratação:

Compilar os dados dos beneficiários do Programa Nacional de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel, correspondente ao período de existência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, atual Ministério da Pesca e Aquicultura, visando subsidiar a análise dos impactos na sustentabilidade da atividade pesqueira.

5. Requisitos mínimos de qualificação:

A contratada deverá ser qualificada como Pessoa Jurídica.

Desempenhar atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência.

6. Justificativa

As atividades pesqueiras e aquícolas são de fundamental importância para o desenvolvimento do Brasil, não só pelo seu potencial socioeconômico, mas, também, devido seus aspectos estratégicos, como: defesa de fronteiras e integração nacional.

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, desde sua criação em 1^o de janeiro de 2003, veio constatar e ampliar esse panorama, além de implementar ações quanto à popularização do consumo de pescado e, especialmente, ao desenvolvimento e fomento das atividades de pesca e aquíicultura, em bases sustentáveis.

Um importante fator, nesse novo panorama da atividade pesqueira, esta a ampliação do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Marítimo, instituído pela Lei Federal nº 9.445, de 14 de março de 1997, extensivo a qualquer embarcação pesqueira a serviço nacional, visando, especialmente, incentivar à produção pesqueira nacional, que tende a influir no aumento da produção pesqueira voltada para o mercado interno, assegurando a redução do custo de operacionalização da embarcação.

Essa subvenção equivalerá a um percentual do preço do faturamento do óleo diesel na refinaria, sem a incidência do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

São beneficiários da subvenção: os proprietários de embarcações, armadores ou arrendatários, pessoas físicas ou jurídicas, de embarcações pesqueiras nacionais e pessoa jurídica brasileira arrendatária de barcos pesqueiros estrangeiros.

Programa com a administração da SEAP/PR teve seus procedimentos e critérios aprimorados, de forma a possibilitar o aumento da competitividade das embarcações pesqueiras nacionais junto ao mercado internacional, principalmente, em decorrência do aumento do percentual da subvenção de 12% (doze por cento) para 20% (vinte por cento).

Desta forma, o objetivo deste Programa é o de promover a equalização do preço do óleo diesel para frota nacional, possibilitando assim o aumento da competitividade do pescado brasileiro no mercado internacional e conseqüente aumento da rentabilidade daqueles trabalhadores envolvidos na atividade pesqueira.

Contudo, no período de execução do Programa não correu uma avaliação sistemática de modo a permitir correções e a própria avaliação dos impactos do programa na sustentabilidade da atividade pesqueira.

Assim, o presente termo objetiva levantar e compilar os dados dos beneficiários do Programa num banco de dados em ACCESS, visando permitir uma adequada avaliação desse programa, pois a eficiência econômica na gestão pesqueira vincula-se a melhoria dos benefícios econômicos provenientes da atividade àqueles que participam dela, a distribuição adequada dos recursos entre usos que competem entre si e a obtenção de bem estar no sentido mais amplo à comunidade em geral (FAO, 1998).

7. Vigência do contrato:

presente contrato será de 90 (noventa) dias com início na data de sua assinatura .

9. PRODUTOS e FORMA DE PAGAMENTO

Produtos	Período	Indicadores	Parcela (R\$)
Planejamento do trabalho	Até 10 dias da assinatura do contrato	Plano de Trabalho	25 %
Banco de Dados Relacional com os dados e relatórios de 2009 - 2007	Até 20 dias da assinatura do contrato	Banco de Dados ACCESS, com informações de 2007 - 2009	25%
Banco de Dados Relacional com os dados e relatórios de 2006-2003	Até 90 dias da assinatura do contrato	Banco de Dados ACCESS, com informações de 2006-2003	50%

10. CRITÉRIOS de seleção

Pessoa Jurídica que tenha no seu quadro funcional Equipe Técnica com no mínimo 01 Biólogo 01 Especialista em Geotecnologia Aplicada ou Administrador de Banco de Dados

11. COORDENAÇÃO

A coordenação estará a cargo da Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura.

12. CONTATOS

Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Pesca

Sr. Karim Bacha - Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca

Te!. (61) 3218 3865 E-mail: karimb@seap.gov.br

ANEXO B

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS – OEI E _____ EMPRESA ESPECIALIZADA EM _____.

A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação a Ciência e a Cultura - OEI, Organismo Internacional com sede no SHS Quadra 06, conj. A, bloco C, sala 919, inscrito no CNPJ sob o nº. 06262080/0001-30, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro _____ com sede em /=CIDADE/=ESTADO, END., inscrita no CNPJ sob o nº. _____, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si, justa e avençada a execução dos serviços objetos deste instrumento, vinculado ao EDITAL – Carta-Convite nº. 16/2009, sujeitando as partes contratantes as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada em levantar e compilar os dados dos beneficiários do Programa Nacional de Subvenção Econômica ao Preço do óleo Diesel, correspondente ao período de 2003 a 2009, bem como construir um banco de dados dentro do ACCESS para inserir os respectivos dados, conforme descrito no item 2 do presente Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CUSTOS

O custo total dos serviços é de R\$ _____ (), que será pago conforme descrito na Cláusula Quarta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

A vigência deste Contrato é de 30 (trinta) dias, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis, em parcela única, contra apresentação da Nota Fiscal contendo o atesto e aprovação da instituição beneficiada.

I – Cumpridas as exigências expostas acima, a CONTRATANTE deverá providenciar o pagamento para o CONTRATADO.

A liberação do pagamento fica condicionada, ainda, ao atendimento das exigências abaixo, sem que caiba ao CONTRATADO reivindicar quaisquer acréscimos (multas, juros ou reajustamentos):

II – manutenção das condições exigidas na licitação, que deu origem a este Instrumento;

III – cumprimento das demais condições e cláusulas definidas neste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP – DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Constatando-se alguma incorreção na nota e/ou fatura, ou qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, este somente será devido a partir da respectiva regularização.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada, sistematicamente, pelo representante da OEI e do MPA.

I – O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Instrumento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou problemas observados.

II – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante serão solicitadas a seu (s) superior (es) em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATANTE exigirá a supervisão dos serviços, cabendo ao CONTRATADO acompanhar a execução dos mesmos. A CONTRATANTE, por sua vez, exercerá ampla fiscalização dos serviços, sem que o exercício dessa faculdade envolva, a qualquer tempo, anuência ou co-responsabilidade de sua parte, para com o CONTRATADO ou profissionais desta, registrando-se as ocorrências verificadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATANTE comunicará imediatamente ao CONTRATADO qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, de modo a permitir prontamente as providências cabíveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nas hipóteses do Parágrafo Anterior, o CONTRATADO adotará as providências imediatas a fim de assegurar a execução normal dos serviços sem solução de continuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

A violação ou não cumprimento de cláusula ou condição estipulada neste Contrato sujeitará o CONTRATADO à multa de 20 % (vinte por cento), aplicável sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de 20 % (dez por cento) sobre o valor total contratado;

III – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATADO estará sujeito às sanções tratadas no Parágrafo Anterior, principalmente quanto ao descumprimento de qualquer outra condição estipulada no Contrato e em sua Proposta.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Reserva-se à CONTRATANTE o direito de deduzir do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO, o valor da multa, se for o caso, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATADO

São OBRIGAÇÕES do CONTRATADO:

- 1- Cumprir integralmente o objeto pactuado de acordo com as especificações contidas no objeto e nas especificações técnicas da Carta-Convite, que integram este Contrato;
- 2- Cumprir todas as orientações da CONTRATANTE, para o fiel desempenho das atividades específicas conforme descritas no Edital, parte integrante deste contrato;
- 3- Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE;
- 4- Comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São OBRIGAÇÕES da CONTRATANTE:

- 1- Prestar todas as informações necessárias ao CONTRATADO para a execução dos serviços ora contratados, definindo as prioridades, bem como os prazos e etapas para o cumprimento das obrigações;
- 2- Efetuar, o pagamento, após o cumprimento da Cláusula Quarta pelo CONTRATADO;
- 3- Notificar, formalmente e tempestivamente, ao CONTRATADO, sobre irregularidades observadas no cumprimento do CONTRATO, bem como multas e penalidades associadas a estas irregularidades e que impliquem em débitos de responsabilidade do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste Contrato poderá ser:

I – determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, notificando-se o CONTRATADO com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, nos seguintes casos:

- a. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c. o atraso injustificado na entrega dos produtos;
- d. a decretação de falência;
- e. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- f. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está vinculado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- g. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

II – Amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; ou

III – Judicial.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

As Partes acordam que qualquer eventual disputa que surja em decorrência da execução deste contrato deverá ser, inicialmente, resolvida de comum acordo, de boa fé, no prazo de 10 (dez) dias.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, juntamente com duas testemunhas.

Brasília-DF, xx, de xxxxx de 2009.

CONTRATANTE: _____

Diretora da OEI no Brasil

CONTRATADA: _____

Nome: